

O PAPEL DO GÊNERO NA PERFORMATIVIDADE DAS IDENTIDADES GEOGRÁFICAS A PARTIR DOS TESTES DE ANCESTRALIDADE

JÚLIA REDISS CARVALHO¹; CÉSAR AUGUSTO FERRARI MARTINEZ²;

¹Universidade Federal de Pelotas – juliaredissuniversidade@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – cesarfmartinez@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Os testes de ancestralidade genética aparecem como uma tecnologia acessível de “confirmar sua origem”, alegando descobrir as regiões geográficas do usuário através de uma *biorrevelação* (GASPAR NETO; SANTOS, 2011). O mesmo utiliza o DNA para indicar em porcentagens as populações das quais os usuários herdam suas características. O problema é que o teste desconsidera a complexidade e fluidez de uma identidade, os fatores históricos, sociais e culturais que a moldam ativamente.

Segundo BUTLER (1990), as identidades não são fixas ou naturais, mas construídas socialmente através da performatividade. Elas são moldadas por normas sociais, e ao subverter essas normas, podemos definir como nos expressamos e nos entendemos. Segundo SILVA (2005) a identidade não é algo pronto, acabado, mas um processo iterativo de afirmação da diferença. Entendemos que o espaço é produzido performativamente, ou seja, através de atos reiterativos e citacionais que sustentam contínuos ou descontínuos nas performances das identidades (NELSON, 1999). Temos, portanto, que as memórias sobre pertencimento e origem espacial são mediadas pelos cotidianos em que se reproduzem, mais do que essências e ontologias pré-estabelecidas. Interessa-nos, portanto, entender o papel de gênero nessa reprodução. O objetivo deste trabalho é, por meio da análise de entrevistas com usuários de testes de ancestralidade, explorar o papel do gênero nas narrativas sobre o pertencimento geográfico.

2. METODOLOGIA

Essa pesquisa integra o projeto “Efeitos dos testes de ancestralidade genética no pertencimento geográfico dos usuários”, projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul e desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa CNPq “Espaços, Conhecimentos, Corpos (Escopo)” da Universidade Federal de Pelotas. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na Universidade Federal de Pelotas e inscrito na Plataforma Brasil do Conselho Nacional de Saúde (CAEE 60926222.9.0000.5317).

A pesquisa organiza-se em duas etapas, ambas consistindo em entrevistas com usuários dos testes de ancestralidade genética. A primeira, antes da realização dos testes, serve para a equipe mapear os imaginários e constituir narrativas sobre os pertencimentos dos participantes. A segunda, após a realização do teste e de posse dos resultados, serve como retomada e acompanhamento do efeito dos testes no pertencimento dos usuários. Ao total, foram entrevistados 13 participantes em 4 diferentes municípios gaúchos (Bagé, Caxias do Sul, Pelotas e Porto Alegre). As entrevistas foram transcritas e

analisadas pelo grupo de pesquisa conforme diferentes eixos e interesses temáticos. Neste trabalho, nos dedicamos a entender o papel do gênero na constituição dessas identificações. Para tanto, os dados dos entrevistados foram codificados a partir dos momentos em que atribuem as memórias sobre a ancestralidade e o pertencimento geográfico a contextos em que o gênero estivesse presente. A partir disso, analisamos as práticas, discursos e designações históricas em que o gênero interpela os imaginários de pertencimento.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 1 a seguir, sistematiza-se alguns exemplos das falas dos participantes quando se referem às suas famílias paternas e maternas.

Quadro 1 - Exemplo de comentários que se referem a gênero no relato dos participantes

Pseudônimo	Referências à família materna	Referências à família paterna
Bruna (Caxias do Sul)	“Mas a minha mãe contava essa história ouvida da mãe dela , então a história oralizada da mãe dela que eu não conhecia, minha avó, quando eu nasci ela já era falecida, a avó contava que ela foi roubada.”	“A gente brinca em casa, que o lado paterno ninguém sabe , é filho de cobra com lagarto, a gente costuma dizer, porque ninguém sabe efetivamente quais são as origens.” “ E do lado paterno a gente sabe um pouquinho menos, porque normalmente os homens, o lado masculino fala menos , {segue falando sobre a família paterna} uma história menos falante, menos oralizada, e o lado da mãe já, todas, basicamente mulheres, só um filho homem, então uma história muito mais contada.”
Fátima (Caxias do Sul)	“Tipo, com a minha mãe eu tive mais contato, né? A família da minha mãe a gente é mais unida[...] ”	“ E a família do meu pai não tem muita essa união (...). E da minha mãe, sim. Então, mais coisas que a nona contava e tudo mais”
Mateus (Porto Alegre)	“Da parte de, como eu te falei, por parte de mãe a gente já tem uma clareza maior , agora a do pai que tá essa lacuna.”	“Então o que acontece? A minha família eu conheço por parte da minha mãe, todo mundo. Sei quem são meus tios, sei quem são minha avó e o meu pai, já não. Meu pai existe um mistério por trás. ”
Raíssa (Pelotas)	“Hoje eu tenho mais influência, que eu tenho bem mais contato com a minha família materna , do que com a minha família paterna.”	“O da família do meu pai não é tão claro assim como aqui. Quais são os ancestrais deles? O da minha mãe que é mais.”

Fonte: acervo do projeto (2024)

O relato de Bruna permite uma leitura aprofundada sobre memória, gênero e transmissão de narrativas no contexto familiar. Ela afirma que seu conhecimento sobre a ancestralidade materna é mais amplo devido à oralidade e ao papel das mulheres, enquanto sua origem paterna lhe é mais desconhecida. Ela evidencia um padrão recorrente: a centralidade das mulheres na preservação e circulação das histórias no ambiente doméstico. Essa observação pode ser articulada com reflexões de Judith Butler sobre gênero como uma construção social e performativa. BUTLER (1990) argumenta que as normas de gênero moldam não apenas comportamentos, mas também a forma como as pessoas ocupam espaços e desempenham funções na vida social. Nesse sentido, o fato de as mulheres serem vistas (e se verem) como guardiãs da memória não é algo natural, mas o resultado de práticas culturais repetidas ao longo do tempo, performatividade de gênero que associa o feminino ao cuidado, à intimidade e à preservação do lar. Isso não significa que homens não possam ou não saibam transmitir memórias, mas que, historicamente, lhes foram atribuídas funções e espaços diferentes, muitas vezes menos voltados à intimidade, sentimento e ao registro afetivo dessas histórias. O acesso ao passado é mediado por quem o conta.

O depoimento de Fátima evidencia um contraste marcante entre os dois lados de sua família: enquanto a paterna é percebida como menos unida, a materna é associada à convivência próxima e à preservação das histórias. Ela destaca que foi nesse núcleo materno, especialmente através das narrativas da *nona*, que recebeu mais informações e memórias sobre sua origem. Essa diferença reforça um padrão cultural em que a linhagem materna tende a ser o espaço privilegiado para a transmissão oral de histórias familiares. Como aponta BUTLER (1990), papéis de gênero não são naturais, mas construídos e repetidos socialmente; a fala de Fátima também revela como o acesso à memória é profundamente relacional: conhecer a história depende não apenas da existência de fatos passados, mas de uma rede afetiva que os transmita. Onde essa rede é frágil, como nas famílias paternas dos participantes, surgem lacunas; onde é forte, como nas famílias maternas dos mesmos, as narrativas se mantêm vivas.

Relatos como dos participantes Mateus e Raíssa colocam em pauta a narrativa familiar materna como nítida e localizada em detalhes, materialidades, reconhecimento; enquanto o lado paterno é descrito como “não tão claro” ou até mesmo “um mistério”. Essa diferença evidencia como as identidades são performadas de maneira desigual. A performatividade, entendida como o processo reiterativo do qual a identidade se constitui nos atos e discursos que a encenam (BUTLER, 1990), permite compreender que a geografia da ancestralidade também se dá como encenação de pertencimentos, legitimidades e afetos - e que isso é atravessado pelo gênero como categoria social e política.

4. CONCLUSÕES

Em um país marcado pela colonização, violências de gênero e ausências paternas, o pertencimento torna-se uma questão política atravessada pelo gênero. Às mulheres, recai novamente a tarefa de sustentar os laços com a ancestralidade, memórias e com os lugares de origem. As memórias familiares costumam ser compartilhadas em ambientes íntimos, principalmente por meio da oralidade. As mulheres, por estarem mais inseridas nos espaços domésticos

e assumirem o cuidado de crianças e idosos, acabam tendo maior contato com essas narrativas e se tornando responsáveis por preservá-las. Isso inclui a troca de histórias, sentimentos, valores e objetos simbólicos que despertam lembranças e reforçam vínculos com determinados lugares.

5. REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1990.
- GASPAR NETO, V. V.; SANTOS, R. V. Biorrevelações: testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 227-255, jan./jun. 2011
- NELSON, L. (1999) Bodies (and Spaces) do Matter: The limits of performativity, **Gender, Place & Culture: A Journal of Feminist Geography**, 6:4, 331-353
- SILVA, T. T.. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T; HALL, S.; WOODWARD, K. Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.